

INTRODUÇÃO

Maria Cristina De Cicco

Os trabalhos apresentados neste volume retomam os temas desenvolvidos nas VII Jornadas Internacionais da Cátedra Unesco *Direitos humanos e violência: governo e governança* dedicados a *Os deveres na era dos direitos entre a ética e o mercado*, organizadas na Universidade de Camerino. A ideia destas jornadas, continuando o caminho iniciado nas I jornadas de 2013 sobre «Democracia e proteção dos sujeitos vulneráveis», parte de dois pressupostos, por um lado que os valores subjacentes à nossa Carta Constitucional só podem ser plenamente concretizados quando o princípio da democracia – que significa acima de tudo respeito por si e pelos outros – for respeitado antes de mais nada nos locais onde vivemos/desenvolvemos diariamente as nossas atividades, família, trabalho sobretudo; por outro lado, a consciência de um grande ausente na sociedade atual, precisamente os deveres¹. Uma ausência que espelhará de forma prevalecte o senso comum porque a doutrina, especialmente a publicista², tentou demonstrar que sem um núcleo indispensável de deveres não há comunidade de forma alguma. O novo paradigma, por assim dizer, pareceria ter se tornado os «deveres do homem», não em oposição aos direitos, mas para demonstrar que se os direitos são fundamentais, também os deveres, principalmente de solidariedade, são inderrogáveis e igualmente fundamentais.

No que se refere ao senso comum sobre os deveres, emerge imediatamente como todos tenham direitos e todos exijam a concretização e o respeito dos seus próprios e por vezes pretensos direitos, sendo poucos os que estendem o mesmo discurso aos deveres. Justamente essa incapacidade de olhar para além dos (próprios) direitos, que paradoxalmente afeta a sua eficácia, teria levado Bobbio a afirmar em 2001 que se tivesse mais alguns anos de vida teria completado seu texto sobre a Era dos direitos com um sobre a Era dos Deveres³; uma declaração que não poderia deixar de inspirar o título do evento .

O tema também está em sintonia com o título escolhido para a inauguração do ano acadêmico UNICAM 2019/2020: «*Universitas: escrúpulo e utopia*». O Magnífico Reitor, ao explicar o significado do título, afirmou: «Mérito, igualdade de gênero, um mundo justo onde direitos e deveres juntos e onde todos

¹ Sobre a noção de deveres de um ponto de vista filosófico, v. *infra*, E. BOITEUX e A. LUCENTI ESTEVAM, *A dignidade como dever*.

² Cf., *infra*, T. GUARNIER, *Direitos e deveres constitucionais: notas mínimas sobre uma relação conturbada*.

³ N. BOBBIO e M. VIROLI, *Dialogo intorno alla Repubblica*, Laterza, 2001, p. 40.

INTRODUZIONE

Maria Cristina De Cicco

I lavori presenti in questo volume riprendono i temi sviluppati nelle VII Giornate internazionali della Cattedra Unesco *Diritti umani e violenza: governo e governance* dedicate a *I doveri nell'era dei diritti fra etica e mercato* organizzate presso l'Università di Camerino. L'idea di queste giornate, proseguendo il percorso iniziato con le I giornate nel 2013 su «Democrazia e tutela dei soggetti vulnerabili» parte da due presupposti, da un lato che i valori sottesi alla nostra Carta costituzionale possono trovare piena attuazione soltanto laddove il principio di democraticità – che significa soprattutto rispetto verso se stessi e verso gli altri – venga rispettato innanzitutto nei luoghi ove quotidianamente viviamo/svolgiamo le nostre attività, famiglia e lavoro *in primis*; dall'altro, la consapevolezza di un grande assente nella società odierna, appunto i doveri¹. Un'assenza che rispecchierebbe prevalentemente il senso comune perché la dottrina, specie quella pubblicista², ha cercato di dimostrare che senza un nucleo indispensabile di doveri non esiste affatto comunità. Il nuovo paradigma, per così dire, sembrerebbe diventato «i doveri dell'uomo», non in opposizione ai diritti, bensì per dimostrare che se i diritti sono fondamentali, anche i doveri, principalmente di solidarietà, sono inderogabili e allo stesso modo fondamentali.

In riferimento al senso comune circa i doveri emerge nell'immediato come tutti abbiano diritti e tutti pretendano la concretizzazione e il rispetto dei propri e talvolta presunti diritti mentre pochi sono coloro che estendono lo stesso discorso ai doveri. Ed appunto questa incapacità di guardare oltre ai (propri) diritti, che paradossalmente incide sulla effettività degli stessi, avrebbe portato Bobbio ad affermare nel 2001 che se avesse avuto qualche anno di vita in più, avrebbe completato il suo testo sull'Era dei diritti con uno sull'Era dei doveri³; affermazione che non poteva non ispirare il titolo del convegno.

Il tema inoltre è in sintonia con il titolo scelto per l'inaugurazione dell'a.a. 2019/2020 di UNICAM: «*Universitas: scrupolo e utopia*». Il Magnifico Rettore, nello spiegare il significato del titolo, ha affermato: «È ancora *utopia* il merito, la parità di genere, un mondo giusto dove diritti e doveri insieme e

¹ Sulla nozione di doveri da un punto di vista filosofico, v. *infra*, E. BOITEUX e A. LUCENTI ESTEVAM, *La dignità come dovere*.

² Per un ragguaglio si rinvia a T. GUARNIER, *Diritti e doveri costituzionali: appunti minimi su una relazione travaglia*, *infra*.

³ N. BOBBIO e M. VIROLI, *Dialogo intorno alla Repubblica*, Laterza, 2001, p. 40.

podem ter uma chance de desenvolvimento e redenção é ainda uma utopia. *Escrúpulo* é o respeito pelos direitos da pessoa: a própria carreira, o sucesso não devem ser antepostos ao percurso dos outros, pois o crescimento de cada um passa pelo crescimento e pelo trabalho de todos».

Acredito que *escrúpulo* possa ser lido como *dever*. E dever tem tudo a ver com dignidade, igualdade, solidariedade, sobretudo em um momento – diria triste e preocupante da nossa sociedade – que caminha prepotentemente para o ódio e a intolerância.

Frequentemente ouvimos falar de direitos sem, no entanto, a necessária contraposição ou correspondência de deveres, esquecendo que se os direitos foram inicialmente a ferramenta para sanar um abuso, hoje eles se tornaram um lugar para reivindicar pretensões e privilégios. As consequências desse comportamento são facilmente identificáveis.

Ao abordar esse tema, parto do princípio que em qualquer sociedade que se afirme democrática existem dois binômios indissociáveis: deveres/direitos – liberdade/responsabilidade, com a consciência de que em uma democracia os dois binômios não existem separadamente e, sempre que se dissolvem ou se separam, a democracia corre o risco de entrar em crise. Binômios, aliás, politicamente neutros, é importante sublinhar, a fim de desfazer o mito segundo o qual «Direitos» é um discurso de esquerda, «Deveres», de direita. Nada mais especioso.

O propósito racional do dever legal é a realização do pacto democrático também em seus aspectos organizacionais da vida social⁴ já que a democracia não vive apenas de direitos, embora eles sejam o seu fundamento. De fato, se a democracia se funda em direitos, ela se consolida com os deveres. É necessário, portanto, ter uma maior consciência da importância dos deveres para a concretização dos direitos, a fim de evitar que a democracia fique à mercê do egoísmo individual.

Para a consolidação da democracia, são necessárias, antes de tudo, educação e instrução, essenciais para a plena concretização da igualdade e da liberdade. Só assim o povo pode escolher livre e conscientemente quem o governará. Educação e instrução que devem, sim, ser garantidas pelo Estado, mas que não podem prescindir do lugar primeiro onde nasce a conscientização da democracia como valor ético: a família. Educação vista para além da (mera) instrução e focada na cidadania, no respeito para consigo mesmo e para com os outros e na formação de uma consciência social, em seus aspectos afetivos e relacionais.

A instrução traz em si o dever inderrogável de estudar para poder par-

⁴ L. VIOLANTE, *Il dovere di avere doveri*, Einaudi, 2014, p. 61.

dove tutti possono avere una possibilità di sviluppo e riscatto. *Scrupolo* è il rispetto dei diritti del singolo: la propria carriera, il proprio successo non vanno anteposti al percorso di altri, poiché la crescita di ognuno passa attraverso la crescita e il lavoro di tutti».

Credo che *scrupolo* possa essere letto come *dovere*. E dovere ha tutto a che vedere con la dignità, l'uguaglianza, la solidarietà, specie in un momento, si potrebbe dire, triste e preoccupante della nostra società, che cammina prepotentemente verso l'odio e l'intolleranza.

Si sente parlare spesso di diritti senza tuttavia la necessaria contrapposizione o corrispondenza ai doveri, dimenticandosi che se i diritti inizialmente erano lo strumento per sanare un abuso, oggi sono diventati un luogo ove rivendicare pretese e privilegi. Le conseguenze di tale atteggiamento sono facilmente individuabili.

Nell'affrontare questo tema si parte dal principio che in ogni società che pretenda essere democratica ci siano/sono due binomi inscindibili: doveri/diritti – libertà/responsabilità, con la coscienza che in una democrazia, entrambi i binomi non esistono separatamente e ogniqualvolta essi si sciolgono o si separano la democrazia corre il rischio di entrare in crisi. Binomi, oltretutto, politicamente neutrali, è importante sottolineare, per disfare il mito secondo il quale «Diritti» è discorso di sinistra, «Doveri», di destra. Niente di più specioso.

Il proposito razionale del dovere legale è la realizzazione del patto democratico anche nei suoi aspetti organizzativi della vita sociale⁴ laddove la democrazia non vive soltanto di diritti nonostante essi siano il suo fondamento. Difatti se la democrazia si fonda sui diritti, si consolida con i doveri. È necessario quindi una maggiore consapevolezza dell'importanza dei doveri ai fini della concretizzazione dei diritti onde evitare che la democrazia resti in balia di egoismi individuali.

Per il consolidamento della Democrazia è necessario anzitutto educazione e istruzione, imprescindibili per l'attuazione piena dell'uguaglianza e della libertà. Soltanto così il popolo potrà scegliere liberamente e coscientemente chi li governerà. Educazione e istruzione che devono, sì, essere garantite dallo Stato, ma che non possono prescindere dal primo luogo dove nasce la consapevolezza della democrazia come valore etico: la famiglia. Educazione vista oltre la (mera) istruzione e incentrata sulla cittadinanza, sul rispetto di sé e degli altri e sulla formazione di una coscienza sociale, nei suoi aspetti affettivi e relazionali.

L'istruzione porta in sé il dovere inderogabile di studiare per poter parte-

⁴ L. VIOLANTE, *Il dovere di avere doveri*, Einaudi, 2014, p. 61.

ticipar conscientemente da vida política do País. É um dever que compete a todos, mas sobretudo ao Estado, posto que o seu cumprimento por parte das pessoas pressupõe «aquele “compromisso” da República de realizar instituições nas quais os indivíduos possam exercer direitos e cumprir deveres». Com efeito, «na ausência de escolas públicas, simplesmente não faz sentido falar da instrução nem como direito» e dever «dos filhos, nem como dever dos pais. (...)»⁵.

Pensando bem, na perspectiva de John Dewey, que entende a instrução como um fator relevante para o desenvolvimento democrático, a universidade desempenha um papel importante que é a formação baseada em conhecimentos sólidos e no saber. Todavia, o que temos visto e vivenciado ultimamente é uma interpretação economicista desse papel, que se traduz em condicionar a possibilidade de abertura de novos cursos às necessidades do mercado⁶, na transformação, na Itália, do «Doutorado de Pesquisa» em «Doutorado de Mercado» em razão da obrigatoriedade de co-financiamento de bolsas de estudo por agentes externos à Universidade, que necessariamente condicionam o seu conteúdo.

Mas no difícil caminho de consolidação da Democracia, a Universidade deve recuperar o seu papel, porque a Universidade não é o lugar para adquirir só e principalmente competência, mas sim, conhecimento e saber.

O dever diz respeito a todos nós e a todos os setores da sociedade e procuramos dar conta disso, pelo menos em parte, durante o congresso.

Se a violação de direitos tem consequências diretas para as pessoas, a violação de deveres acarreta ainda mais consequências, a qual, especialmente se sistemática, pode causar danos individuais ou sociais. Um exemplo concreto é a corrupção⁷, que se tornou um fenômeno sistemático e não mais exclusivo de um pequeno círculo de pessoas, setores ou instituições. Outro exemplo diz respeito à triste realidade atual representada pela pandemia resultante da inexorável disseminação do vírus Covid-19, que também depende em grande

⁵ As citações entre aspas são de G. BASCHERINI, *La doverosa solidarietà costituzionale e la relazione tra libertà e responsabilità*, in *Dir. pubbl.*, 2/2018, p. 259.

⁶ Sobre o perigo representado pela comercialização das universidades, v., *infra* I.A. RUIZ, *O mercado das universidades no Brasil e os seus reflexos no direito e nas garantias fundamentais de acesso à justiça*. Sobre a importância e o caráter fundamental das ciências humanas para a democracia, para além do lucro, v. M. NUSSBAUM, *Non per profitto. Perché le democrazie hanno bisogno della cultura umanistica*, il Mulino, 2011; N. ORDINE, *L'utilità dell'inutile. Manifesto*, Bompiani, 2013.

⁷ Sobre esse tema, na ótica da relação direitos-deveres, v. AA.VV., *Corruzione Brasile-Italia. Problematiche a confronto* a cura di M. C. De Cicco, Editoriale Scientifica, 2019 e, *infra*, M.A. MARQUES DA SILVA, *Cidadania participativa e ética contemporânea: utopia ou realidade*, *infra*.

cipare coscientemente alla vita politica del Paese. È un dovere che incombe su tutti, ma innanzitutto allo Stato laddove il suo adempimento da parte delle persone presuppone «quell’“impegno” della Repubblica a realizzare gli istituti all’interno dei quali i singoli possono esercitare diritti e adempiere doveri». Difatti, «in assenza di scuole pubbliche non ha semplicemente senso parlare di istruzione né come diritto» e doveri «dei figli, né in quanto dovere dei genitori (...)»⁵.

A pensare bene, nell’ottica di John Dewey, che intende l’istruzione quale fattore rilevante per lo sviluppo democratico, le università svolgono un ruolo importante che è quello di formazione con base in conoscenze solide e nel sapere. Tuttavia, ciò che vediamo e viviamo ultimamente da più parti è un’interpretazione economicista di questo ruolo, che si concretizza nel condizionamento della possibilità di apertura di nuovi corsi alle esigenze del mercato⁶, nella trasformazione del «Dottorato di ricerca» in «Dottorato di mercato» in virtù dell’obbligatorietà di co-finanziamento di borse di studio da parte di agenti esterni all’Università che ne condizionano il contenuto.

Ma nel difficile cammino di ritrovamento e di consolidamento della Democrazia, l’Università deve recuperare il suo ruolo perché l’Università non è il luogo per acquisire soltanto e principalmente competenza, bensì conoscenza e sapere.

Il dovere riguarda tutti noi e tutti i settori della società e di ciò si è cercato di dare conto, almeno in parte, durante i lavori.

Se la violazione dei diritti ha conseguenze dirette sulle persone lo ha anche di più la violazione dei doveri, la quale, specie se sistematica, può provocare danni individuali o sociali. Un esempio concreto è la corruzione⁷, diventata un fenomeno sistematico e non più esclusivo di una cerchia ristretta di persone, settori o istituzioni. Un altro riguarda la triste realtà attuale rappresentata dalla pandemia derivata dall’inesorabile diffusione del virus Covid-19, che dipende

⁵ Le citazioni virgolettate sono di G. BASCHERINI, *La doverosa solidarietà costituzionale e la relazione tra libertà e responsabilità*, in *Dir. pubbl.*, 2/2018, p. 259.

⁶ Sul pericolo rappresentato dalla mercantilizzazione delle università, v., *infra*, I.A. RUIZ, *Il mercato delle università in Brasile e i suoi riflessi sul diritto e sulla garanzia fondamentale di accesso alla giustizia*. Sull’importanza delle scienze umane e del loro carattere fondamentale per le democrazie al di là della logica del profitto, v. M. NUSSBAUM, *Non per profitto. Perché le democrazie hanno bisogno della cultura umanistica*, il Mulino, 2011; N. ORDINE, *L’utilità dell’inutile. Manifesto*, Bompiani, 2013.

⁷ Sull’assunto, nell’ottica del rapporto diritti-doveri, v. AA.VV., *Corruzione Brasile-Italia. Problematiche a confronto* a cura di M. C. De Cicco, Editoriale Scientifica, 2019 e, *infra*, M.A. MARQUES DA SILVA, *Cittadinanza partecipativa e l’etica contemporanea: utopia o realtà*, *infra*.

parte do comportamento irresponsável que as pessoas estão assumindo em relação a ela⁸.

Todos os deveres têm a vocação de dar orientação ética à experiência humana. O dever representa «um limite à liberdade de agir em nome de um valor que diz respeito essencialmente à relação com os outros, à unidade política e ao princípio da igualdade». É um limite interno e, como tal, configura o próprio conteúdo do direito ou da liberdade que lhe corresponde. Isto significa que o direito de cada pessoa encontra um limite não só nos direitos dos outros, mas também na necessidade de cada um cumprir os «deveres inderrogáveis de solidariedade econômica, política e social» evocados pelo art. 2 da Constituição italiana. É justamente o equilíbrio entre direitos e deveres que garante «o contexto de civilização em que as pessoas possam realizar, exercer ou exigir seus direitos e desenvolver suas legítimas ambições»⁹.

Conforme evidenciado pela Assembleia Constituinte, o princípio da solidariedade ocupa uma posição central, conformando, por assim dizer, todo o ordenamento. O simples reconhecimento na Constituição da igualdade (formal e substancial) certamente não é suficiente, de fato, para garantir a coesão dos muitos componentes heterogêneos da comunidade organizada como um Estado; mais do que isso, é necessária uma nova exigência, que é precisamente a de solidariedade¹⁰.

Stefano Rodotà argumenta que só a presença efetiva de sinais de solidariedade nos permite continuar a definir um sistema político como democrático. Ele também adverte que a experiência histórica nos mostra que se os tempos da solidariedade se tornam difíceis, também serão difíceis para a democracia¹¹.

A consciência cívica de uma sociedade é uma conquista diária que exige dar e receber; é uma adesão consciente a uma comunidade entrelaçada de afetos e não apenas de interesses; é uma associação afetiva e simbólica cujo elo principal é a solidariedade dos deveres, como se verá nas contribuições que integram este volume.

A ética da cidadania, do senso cívico, neste sentido, pode ser promovida voltando ao conceito de «dever» para reviver plenamente a força da democracia. Além disso, a reivindicação contínua de direitos, sem qualquer referência a deveres, aumenta o egoísmo social e afrouxa os laços de pertencimento à

⁸ Sobre o ponto v., *infra* M.C. DE CICCO, *O papel dos deveres na construção da legalidade constitucional: reflexões de um civilista*.

⁹ L. VIOLANTE, *o.c.*, p. 63 s.

¹⁰ G. BASCHERINI, *La doverosa solidarietà*, cit.

¹¹ S. RODOTÀ, *Solidarietà. Un'utopia necessaria*, Laterza, 2014, p. 10.

in gran parte anche dal comportamento poco responsabile che le persone stanno assumendo nei suoi confronti⁸.

I doveri tutti hanno la vocazione a dare un orientamento etico all'esperienza umana. Il dovere rappresenta «un limite alla libertà di agire in nome di un valore che riguarda essenzialmente il rapporto con gli altri, l'unità politica e il principio di uguaglianza». È un limite interno e come tale modella il contenuto stesso del diritto o della libertà che gli corrisponde. Ciò significa che il diritto di ciascuno non trova un limite solo nei diritti degli altri, ma anche nella necessità che ciascuno compia i «doveri inderogabili della solidarietà economica, politica e sociale» evocati dall'art. 2 della Costituzione italiana. È proprio l'equilibrio tra diritti e doveri a garantire «il contesto della civiltà in cui le persone possono realizzare, esercitare o chiedere i propri diritti e sviluppare le proprie legittime ambizioni»⁹.

Come sottolineato dall'Assemblea costituente, il principio di solidarietà occupa una posizione centrale, conformando, per così dire, tutto l'ordinamento. Il semplice riconoscimento nella Costituzione dell'uguaglianza (formale e sostanziale) non è certamente sufficiente, infatti, per garantire la coesione delle tante componenti eterogenee della comunità organizzata come stato; più di questo, è necessaria un'ulteriore istanza, che è proprio quella solidaristica¹⁰.

Stefano Rodotà sostiene che solo l'effettiva presenza di segni di solidarietà ci consente di continuare a definire un sistema politico come democratico. Avverte anche che l'esperienza storica ci mostra che se i tempi della solidarietà diventano difficili, saranno anche difficili per la democrazia¹¹.

La coscienza civica di una società è una conquista giornaliera che richiede dare e avere; è un'adesione consapevole a una comunità intrecciata con affetti e non solo interessi; è un'associazione emotiva e simbolica il cui legame primario è la solidarietà dei doveri, come si vedrà dai contributi che compongono questo volume.

L'etica della cittadinanza, del senso civico, in tal senso, può essere promossa tornando al concetto di «dovere» per rivivere pienamente la forza della democrazia. La continua rivendicazione dei diritti senza alcun riferimento ai doveri, inoltre, aumenta l'egoismo sociale e allenta i legami di appartenenza alla comunità civile. «I diritti senza doveri trasformano i desideri in pretese, sacrificano il merito e finiscono per legittimare l'egoismo individuale»¹².

⁸ Per qualche riferimento v., *infra*, M.C. DE CICCO, *Il ruolo dei doveri nella costruzione della legalità costituzionale: riflessioni di una civilista*.

⁹ L. VIOLANTE, *o.c.*, p. 63 s.

¹⁰ G. BASCHERINI, *La doverosa solidarietà*, cit.

¹¹ S. RODOTÀ, *Solidarietà. Un'utopia necessaria*, Laterza, 2014, p. 10.

¹² L. VIOLANTE, *o.c.*

comunidade civil. «Direitos sem deveres transformam desejos em pretensões, sacrificam méritos e acabam legitimando o egoísmo individual»¹².

A relação entre direitos e deveres também pode ser vista no que diz respeito à construção da legalidade constitucional que passa, necessariamente, pelo respeito ao princípio da democracia. No nível institucional, digamos, é necessária uma cultura constitucional que veja governo e oposição combinarem deveres, direitos e responsabilidades.

Um dever constitucional dos governantes, mas também daqueles que têm o dever de fiscalizar a correta aplicação da Constituição. Mas, neste ponto, em tempos difíceis como o presente, surge espontaneamente uma pergunta: Quem controla os controladores?

O reforço dos deveres, que não significa mais deveres, é a negação do ditado ainda dominante: «Aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei!». Deste ponto de vista, o pleno reconhecimento da era dos deveres seria o caminho para acabar com a ideia de que o direito é, sim, igual para todos, mas a sua aplicação não!

Este volume não teria sido possível sem a generosa disponibilidade dos autores a quem agradeço sinceramente.

Repito aqui o auspício já feito no passado de que este trabalho possa contribuir para uma maior consciência de que uma mudança, agora essencial, de mentalidade e cultura em relação a si e aos outros só pode ser alcançada com o comportamento virtuoso de cada um de nós.

¹² L. VIOLANTE, *o.c.*